



## RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Assunto:** Ocupação Manairão abrangendo toda a área de Reserva Sustentável do Rio Negro, Estrada de Novo Airão.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (21/03/2018), precisamente às oito horas e trinta minutos, reuniu-se em **Sessão Ordinária** a Câmara Municipal de Manacapuru, no plenário Cristóvão Nunes Mendes, Palácio Edmilton Maddy, em sua sede própria, na Av. Eduardo Ribeiro, nº 1161 – centro, Manacapuru, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador **Francisco Coelho**, secretariada pela vereadora **Lindynês Leite**. **PRESENTES**, os Vereadores: (01) Alex Bezerra; (03) Francisco Coelho da Silva; (04) Sassá Jefferson; (05) Junior de Paula; (06) Zé Luís; (08) Lindynês Leite; (10) Natan Nogueira; (12) Sérgio Ferreira; (13) Pedro Henrique; (14) Robson Nogueira; (15) Valciléia. **AUSENTES:** (02) Francisca Coroca; (07) João Luiz; (11) Paulo da Silva Teixeira. O vereador Dr. Leonardo de Souza Guimarães encontra-se de Licença para desempenhar Cargo Público em Comissão de Secretário Municipal de Governo (Decreto Nº 956 de 22 de janeiro de 2018). **Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus**, o Presidente **declarou** aberta a reunião. Ato seguinte a secretária, fez a leitura do texto da Bíblia Sagrada Salmo 31, 15-17 (Decreto Legislativo nº 003/1994). **Composição da Mesa:** Cristina Fischer, assessora técnica; Miqueias de Souza, assessor Técnico da unidade. **Presentes:** Ricardo Ferreira do Nascimento Presidente do Sindicato dos Trabalhadores; Ediraldo Sampaio, representante da comunidade Manairão; Jorge do sindicato municipal de Manacapuru; Mazile Fonseca, representante da comunidade, Monte Sinai II. O **Presidente**, vereador **Francisco Coelho**: “É um ritual da Câmara municipal de Manacapuru de passar a presidência ao autor da propositura. Nós mandamos convite ao presidente do Tribunal na época que era o Ari Moutinho, ao defensor público geral, doutor Rafael Monteiro Barbosa, ao procurador geral do estado Paulo José Gomes de Carvalho, ao procurador do patrimônio fundiário Júlio Cesar de Vasconcelos, ao deputado federal Silas Câmara, ao governador do estado do Amazonas Amazonino Mendes, a secretária de políticas fundiárias Paula Andreia Soares, ao secretário de estado do meio ambiente SEMA, ao secretário da Casa Civil José Alves Pacifico, ao superintendente do INCRA Sandro Maia Freire, ao excelentíssimo prefeito municipal. Só duas instituições mandaram representantes. Mas nós estamos fazendo a nossa parte”. Vereador **Júnior de Paula**: “Se faz presente também a comissão da pastoral da terra”. O **Presidente**, vereador **Francisco Coelho**, autorizou a leitura do expediente que originou a sessão Requerimento 155/2018 de autoria do vereador Júnior de Paula. O **Presidente**, vereador **Francisco Coelho**: “Quero aqui parabenizar que é mais do que pertinente, tendo em vista que todos os vereadores o apoiaram. (Fez leitura do ofício nº 0467 da secretaria de estado de políticas públicas). Pelo menos essa instituição teve o zelo de informar o motivo da sua ausência”. Dando seguimento, o **Presidente**, vereador **Francisco Coelho** passou os trabalhos para leitura dos **EXPEDIENTES RECEBIDOS: REQUERIMENTO nº 155/2018** – autoria do Ver. Júnior de Paula. Em seguida o **Presidente**, vereador **Francisco Coelho** passou os trabalhos para **DEFESA DA MATÉRIA: Vereador JÚNIOR DE PAULA**: “No ano de dois mil e dezessete, nós tivemos também esse cuidado de solicitar uma audiência pública nessa Casa, para tratar do assunto sobre a reserva sustentável do Rio Negro. E naquele momento com alguns representantes do governo aqui foi falado aqui sobre as medidas que seriam adotadas. Cadastramento, emissão contrato de concessão direito do uso da terra. Porém o que até hoje tem predominado para essas famílias não é informação, não é atividade do poder público, o que tem predominado para essas famílias é a boataria, as ameaças, o clima de tensão de que a qualquer momento ter que deixar as suas terras. E eu conversava com um amigo na estrada de Novo Airão e ele dizia que ele já tinha parado com todos os investimentos no terreno dele. Porque não dava pra continuar lutando no dia a dia com o suor do seu rosto pra que depois pudesse acontecer, como aconteceu com a EXATA, com a destruição daquelas casas e um prejuízo para uma população que tanto sofre na zona rural. Agora em dois mil e dezoito nós estamos aqui novamente, buscando novamente que o poder público responsável pela área da reserva do Rio Negro possa estar trazendo algo concreto para os moradores. Mas o que eu percebo já nesse primeiro momento, com respeito as autoridades que estão presentes é que o desrespeito continua por parte do poder público, que é responsável pelo nosso setor de terra. A secretaria como bem disse o nosso presidente teve o respeito entre aspas de avisar a Casa que não poderia vir, porque estão numa ação de titularidade de terras. Porém explica, mas não justifica. Porque enquanto eles estão entregando título de terra de problemas que já estão resolvidos, essa população que veio aqui, para ouvir a secretaria de políticas fundiárias



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

Avenida Eduardo Ribeiro, nº 1161 – Centro – Manacapuru – Amazonas – CEP: 69.400-901 - Fone/Fax: (092) 3361-3000  
Site: [www.camaramanacapuru.am.gov.br/](http://www.camaramanacapuru.am.gov.br/); E-mail: [legislativomanaca\\_1948@hotmail.com](mailto:legislativomanaca_1948@hotmail.com)

---

ainda estar preocupada com a perda das suas terras. Enquanto a secretaria estar preocupada em fazer o marketing, as famosas self, da entre de título. A nossa população da reserva sustentável do Rio Negro nem se quer teve um cadastramento e uma posição concreta dos procedimentos que serão adotados no decorrer do ano. Quero parabenizar de coração as autoridades que estão presentes. Que tiveram a responsabilidade de estar aqui hoje pra tentar contribuir com vossas senhorias que buscam uma solução já há alguns anos para essa terra. E aí nós expandimos o nosso requerimento, diferente de dois mil e dezessete que nós fizemos uma audiência pública somente na questão da reserva sustentável do Rio Negro, mas também para a população das margens da rodovia que já sofre com outros tipos de ameaça que é das Agroindustriais, de uma empresa que ao longo dos anos vem tentando retirar essas pessoas da margem da rodovia. E aí com um processo judicial impetrado pedindo a desocupação dessas terras. Nós procuramos hoje trazer a população do Manairão, não só da reserva sustentável, mas também das margens da rodovia, para que não aconteça como aconteceu agora recente, no caso da EXATA. Que quando a população sai de Manacapuru pra ir em busca dos órgãos em busca de uma resposta e de uma solução, o que dizem lá que essa Casa não se manifestou, que essa Casa não fez nada. E que fique registrado as minhas palavras que pela segunda audiência pública que nós estamos tratando de terras, pela segunda audiência pública, a defensoria pública do estado não teve o respeito por essa Casa de mandar um representante. E quando chega em Manaus, diz que são dois anos tentando se comunicar e não consegue. Talvez a falta de comunicação seja pelo fato de não atender os convites dessa Casa. É a segunda vez que essa Casa realiza audiência pública para tratar do assunto de terras e a defensoria pública não está nessa Casa. E aí quando está dentro da sua instituição com a prerrogativa de poder usar quarenta minutos, uma hora de fala, desculpa a palavra, mas a porrada encaixa no poder legislativo desta Casa. Que dizem, estou contigo, vamos nessa, mas querem um apoio efetivo e nós queremos a mesma coisa, um apoio efetivo da defensoria pública. Que possa está fornecendo para esta Casa as informações necessárias no decorrer do processo já que é responsável pela ação coletiva. E aí sim esta Casa possa está procurando fazer a sua parte como já vem fazendo. Mas que fique registrado os meus agradecimentos a todos os comunitários que estão aqui presente. Nós buscamos sim uma solução para a situação dos senhores, nós não queremos mais que predomine lá no Tumbira, lá no quilometro vinte e cinco, lá no ramal do Uga, Uga, lá no quilometro dezessete, no dezoito, nós não queremos mais que continue predominando esse clima de terrorismo psicológico de uma população que tem que enfrentar as dificuldades de quem mora na zona rural e ainda ter que enfrentar o poder público ameaçando lhe retirar dessas terras. Como é o caso da reserva sustentável do Rio Negro, que não parte de nenhuma empresa. É o próprio estado que notificou a população e eu falava o ano passado aqui, de forma irresponsável, sem qualquer análise do local para verificar a população que realmente morava, saíram fazendo como se fazia na época do império. Colando papeis nas propriedades sem nome do notificado, sem assinatura do procurador apenas com o nome, como era feito na época do império que se pegava um único documento tirava-se várias cópias e saiam distribuindo. Foi assim que fizeram com essa população e ainda senhor presidente, no ano passado eu não obtive resposta. Nós encaminhamos para o ministério público, o pedido de providencias contra o procurador Daniel Viegas do estado e eu ainda não obtive essa resposta do ministério público. Esse pedido de providencias era pelo fato do procurador ter feito uma promoção direcionado a polícia militar mandando quebrar ponte mandando derrubar portão e retirando o direito de muitas crianças desses ramais irem até pra escola. Porque o transporte público não podia chegar nesse lugar, nem se quer recorreu à justiça para análise. Fez uma promoção e a polícia militar cumpriu como se a decisão fosse judicial e saiu destruindo pontes. Vossas senhorias que estão aqui são testemunhas disso. Infelizmente o ministério público ainda não se manifestou quanto a esta promoção que foi feita infelizmente. Eu recebi hoje, até para dar o conhecimento para pastoral da terra, no final do ano passado eu também entrei com uma representação no ministério público contra a empresa EXATA pedindo que a EXATA fornecesse para a justiça, que a justiça na verdade notificasse a EXATA, a apresentar documentação original da sua titulação da terra lá da década de oitenta. E que a justiça pudesse comparar o documento original da época ainda, com o documento apresentado na justiça. Para verificar se não houve fraudes nessa emissão desse documento. Também não obtive resposta. Mas nesse mesmo documento eu pedi uma fiscalização do IPAAM na empresa EXATA pelos impactos ambientais. O vereador Alex registra aqui no ano passado que o rompimento das barragens da empresa EXATA estava causando prejuízo no Acajatuba. Os moradores estava perdendo os seus plantios pelo rompimentos das águas. E aí vereador Alex vossa excelência que também entrou com documento para o IPAAM, na época ainda para a questão da cooperativa ali da criação de peixe, eu quero em nome da vossa excelência e do meu nome parabenizar o IPAAM porque é um órgão que tem sido rápido na execução dos ofícios. Hoje eu recebi um relatório do IPAAM, hoje foi lido nesta Casa mostrando



todos os crimes ambientais cometido pela EXATA e uma multa que passa de cento e trinta mil reais que foi aplicado a EXATA agora oriundo de um requerimento desse parlamentar que está aqui falando. Eu quero parabenizar pela serenidade em buscar cumprir os nossos pedidos desta Casa. Muito obrigado”. O **Presidente**, vereador **Francisco Coelho**: “o Falar não pode ser tão distante do fazer. Com todo respeito ao nosso defensor, ele criou uma expectativa de forma maldosa, não sei se tem cunho político ou não. Dizendo que o poder público a Câmara tem poder para desapropriar, o município. Até competência tem, mas toda desapropriação ela tem que ser cumprida com aquilo que você vai desapropriar, porque se não a própria justiça depois torna invalido aquele ato. Nada contra o nosso defensor, como bem falou o nosso vereador Júnior de Paula quando ele está dentro da sua sede de conforto, alvora-se falar o que quer. Naquele dia da audiência pública que todos nós fomos na assembleia ele nem ficou lá. O que é defensoria pública? É um órgão subordinado ao governo. Defensoria pública é o governo pagando advogado para aquelas pessoas que não tem condição de constituir um advogado. Então essa falácia esse moralismo de garganta isso pra mim não tem menor valor. Com todo o respeito me desculpe as pessoas que aqui estão. Prefiro ficar sendo visto como advogado do interior, mas que os interesses do nosso povo de Manacapuru, a Câmara Municipal de Manacapuru não pode ser nunca agredida dizendo que nós em nenhum momento prevaricamos viramos as costas para o povo de Manacapuru. Então eu passo para assumir os trabalhos o vereador Júnior de Paula, que é uma praxe do nosso regimento interno tendo em vista que ele foi o autor da propositura, momento eu que convido o vereador Júnior de Paula a assumir os trabalhos. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Quería atender a sugestão do nosso presidente do Manairão, sugeriu que as nossas autoridades pudesse estar explanando, sobre a real explanação do que eles tem informação. É claro dentro do setor competente deles e aí nós abriríamos posteriormente também a todos os vereadores que querem se manifestar e querem fazer perguntas. A população em geral que também quer fazer as suas perguntas e também que possam ter uma ou duas pessoas da comunidade que queiram utilizar a tribuna para estar manifestando o seu sentimento”. **EXPLANAÇÃO DA TEMÁTICA: Primeiro Orador**, senhor **MIQUEIAS DE SOUZA**, Presidente da RDS: “Estamos aqui para contribuir com aquilo que vai ser debando. A secretaria de estado de meio ambiente, ela atua em quarenta e duas unidade de conservação do estado. A gente tem um grande desafio de fazer gestão dessas áreas, a gente sabe que o maior desafio. A gente tem esse desafio de fazer essa gestão territorial. E a gente recebeu os vereadores que estiveram conosco ali, e no mesmo dia que eles chegaram foi no mesmo dia que eu assumi a RDS do Rio Negro. Eu estou vindo de outra calha de rios, aonde eu representava ali a RDS do Rio Madeira. Que é uma área também com diversos conflitos e até pela experiência que a gente adquiriu ali atuando, acredito eu que por isso foi feita essa escolha, para que a gente pudesse estar diante da RDS do Rio Negro, tratando com vocês essas situações esses desafios que a gente tem aí pela frente. A secretaria estadual de meio ambiente ela tem esse papel de fazer a gestão da área igualmente vocês que são poder público local. Tudo vem sendo feito em etapas essa situação. Muitos deles entraram com uma documentação na secretaria e vocês sabe como vocês já falou muita coisa já está na instância da PGE, DPE e que já foi convidado para estar aqui conosco. Aquilo que é da nossa competência da secretaria de estado de meio ambiente está sendo feito. Inclusive na última vez que a gente esteve com os comunitários foi feito um planejamento com os presidentes das associações. Já foi feito um pré planejamento com eles de uma ação que vai ser feita do estado em relação a organização comunitária já com eles lá dentro. Eu queria apenas salientar, que a comunidade Manairão ela não se encontra dentro da RDS do Rio Negro e se vocês tiverem informação desse processo, pelo menos pra gente acompanhar por estar na área de entorno da empresa Agroindustriais, a gente não tem em relação a esse processo. Mas no demais, os comunitários que estão aqui presente sabem que quando chega alguém da RDS do Rio Negro lá na secretaria nós fazemos de tudo para atendê-los. Pra atender e ouvir as demandas. Inclusive o meu telefone foi cedido pra vocês e eu estou atendendo várias situações em relação a situação da RDS. Nos demais a gente vai conversando e vai construído aquilo que a gente deseja mais para frente. Quería dizer que o planejamento já estar nas minhas mãos, vocês já responderam uma documentação que vocês levaram para os comunitários. Aquele convite que foi feito para o programa agente ambiental voluntário, que é um programa que ele tem uma lei estadual que direciona esse programa e ele é muito importante para comunidade, é um primeiro passo que a gente tem dentro desses ramais. A gente sabe vereador que é um grande desafio que foi uma ocupação desordenada, então por isso nós temos que organizar a questão da produção, saber o perfil de cada um daqueles que estão ali assentados saber de que forma trabalha, qual a cultura que eles trabalham, para que gente futuramente possa fazer esse planejamento juntamente com eles. A gente estar chegando agora na RDS do Rio Negro, agora que estou me atendo verdadeiramente do processo, agora que a gente estar se inteirando de quem são as pessoas, quem são os presidente das ações. A gente



vai estar se reunindo eu gostaria de fazer esse convite para a Câmara de vereadores, para que esteja participando conosco desses planejamentos, para que juntos a gente possa ver uma melhor saída para um trabalho dentro dessas comunidades. Antes de a gente sair que a gente pudesse ter uma reunião com a CPT local que eu não conheço. A gente está aqui com o compromisso também diante da secretaria de estado de meio ambiente para cumprir aquilo que nos foi demandado. No decorrer da audiência, a gente vai vendo aquilo que vocês vão demandar hoje que a gente pode estar fazendo, obrigado”. **Segunda Oradora**, senhora **CRISTINA FISCHER**, Assessora técnica: “Parabenizar vocês a Câmara em está puxando essa discussão. Porque a questão da conservação ambiental, ela tem que passar mesmo pelos vários âmbitos do poder público e aí a gente falando de unidade de conservação. Que são espaço protegidos por lei, juntamente com o estado que é o principal ator que tem criado essas áreas. É importante a gente entender que o município que é quem recebe localmente esse papel de estar trabalhando com gente de forma conjunta e implementar este espaço é fundamental. Quando a Câmara abraça a causa e convida a gente a participar de uma discussão como essa, que passa pela gestão da RDS. Eu vou aqui no meu discurso chegar ao foco do nosso ponto de debate. O Miqueias ressaltou aqui na fala dele, como as Câmaras Municipais e as Prefeituras, muitas das vezes enxergam as unidades de conservação. Então é fundamental a gente ter essa parceria das comunidades que vivem lá e o poder público presente no município. Acho importante a gente lembrar um pouco esse processo de criação da unidade de conservação RDS do Rio Negro. Que na verdade naquela época vocês lembram em dois mil e oito ela foi criada por uma lei estadual, em vinte e seis de dezembro de dois mil e oito. A ponte do Rio Negro estava em processo amplo de construção. E aí a ocupação territorial também, o que estava acontecendo ela não era tão forte. Quem está lá a mais tempo sabe disso no caso. Nesse contexto o que é preciso a gente dizer aqui, é que ela foi concebida, estava começando a falar sobre conservação exatamente no espírito de a gente tentar o que? Frear o desmatamento e a ocupação irregular. Nós temos outro contexto, a unidade está fazendo dez anos de criação, nós já percebemos que esse processo de ocupação ele foi acelerado. Este documento aqui, eu acho que alguns dos comunitários reconhecem, participaram da elaboração. Os presidentes das associações possuem ele? Aí eu acho que a gente pode aprofundar o debate nesse sentido. O documento foi construído pelo menos ao longo de um ano e a gente espera sempre que ele seja debatido, porque ele é quem vai conter a regra, ele é quem vai fazer o retrato daquele espaço da unidade de conservação e aí nem sempre a gente consegue a contribuição de todos. Mas o fato é o seguinte: que nada está escrito na pedra, tudo pode ser aprimorado. A dez anos atrás ela tinha um sentido e agora que estamos percebendo que mudou bastante, esse processo da ocupação e do uso do recurso. Então resgatando um pouco o que o Miqueias falou, a regularização fundiária desse espaço principalmente de uma unidade de conservação de uso sustentável, nessa categoria que nós estamos falando, RDS. Ela já implica no uso coletivo da terra, e por conta disso nós temos esse processo de expedição do contrato de concessão de direito real de uso que é expedido pelo órgão fundiário que é construído em parceria conosco que somos órgão gestor da unidade. Como fica a situação do pessoal que estão nos ramais? Isso aí também foi um contexto que foi acontecendo ao longo desse processo de implementação dessa unidade que é recente. O nosso chefe de unidade lá, para a gente tem uma ideia, foi o Pablo em dois mil e doze e dois mil e treze. Olhem só! O poder público ele demorou a resolver. Mas ele conseguiu resolver um problema que era ter um chefe daquele local. Antes não tinha um chefe, mas isso não quer dizer que não tinha trabalho, porque nós tínhamos uma equipe muito grande que trabalhava nos procedimentos todos de implementação da unidade de conservação. Que perfaçam a regularização fundiária, a questão da proteção ambiental daquela área, ter um conselho gestor, enfim. Aí ao longo desses anos, nós fomos tendo ocupação ao longo dos ramais que vinham ali da estrada. Hoje qualquer é o nosso principal desafio, é estabelecer a nossa regra em relação a isso. Portando em reunião passadas, que nós tivemos no dia oito de março lá na secretaria, o Coronel Sena que é o secretário executivo adjunto de gestão ambiental, nós nos comprometemos de também esse retorno de vocês, aí foi um compromisso coletivo de nos apoiar no processo de ampliação dessa questão de quem está entrando na unidade. Uma outra coisa que eu queria só ressaltar, a gente tem se encontrado semanalmente, no sentido de nos entender e nos conhecer e da gente também estabelecer os compromissos e cumprir. Quando a unidade foi criada em dois mil e oito foi estabelecida aquela chamada linha de corte, que pontuou o trabalho que aconteceu o ano passado em relação a contenção dos ramais, enfim, aonde foi atuado aquela situação que o senhor colocou na sua fala é muito em função disso quem é que estava antes e quem estava depois, mas aí quem estava depois como é que vai ficar. Por conta da lei a gente tem restrição, mas a gente tem tido a sensibilidade de trabalhar também nesse sentido e ver dentro da forma da lei o que é possível fazer pra gente conseguir manter as pessoas que chegaram lá depois de dois mil e oito. Esse é ponto chave da nossa discussão aqui. Nós temos um processo que está sendo construído





juntamente com a PGE, que é de fato enxergar as pessoas que estão dentro das associações. Comprometemos em fazer aquela questão da lista de quem está associado enfim. É só pra gente resgatar os entendimentos, porque como eu falei a gente tem se encontrado com bastante constância. Nós estamos hoje mais uma vez para debate para a gente entrar nessa linha de entendimentos como nós vamos estar construindo esses entendimentos, como nós vamos está construindo esses compromissos de como permanecer dentro da unidade dentro daquilo que é possível também fazer. E em cima disso manter a sensibilidade da presença do gestor na unidade de conservação que ele tem sido o nosso principal articulador. Eu gostaria de encerrar dizendo isso, que nós temos uma tarefa muito grande daqui para frente até nós chegarmos numa situação mais definida”. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “A grande pergunta dos moradores que é feita hoje, como é que vai funcionar essa relação de pessoas que moram na comunidade, como será feita, vai ser a associação do ramal que vai fazer a relação dos moradores que ali residem e vai repassar para os senhores ou vai ser a secretaria que vai estar in loco fazendo esse cadastramento? Ou os moradores terão que ir pra Manaus. Um grande questionamento que fiz na audiência do ano passado foi o fato de essas reuniões estarem sendo feita muito na capital. E aí acaba dificultando a presença dos moradores de ramais. Porque quem participa geralmente só são o presidente. E aí o presidente muitas das vezes não conseguem transmitir para todos os moradores e fica esse ar de desinformação nos ramais sem saber o que fazer. Se vocês forem nos ramais vocês vão constatar isso, que grande parte da população nos ramais não sabem a que pé está agora. Quais os procedimentos, tem que passar na secretaria, a secretaria vai passar nesses locais fazendo um cadastro para verificar quem realmente mora, quem não mora, ou vai ter que passar o nome para associação, vai ser a associação que vai fazer isso. Esse é um questionamento que eu queria iniciar, já relatei aqui outros, mas eu quero começar com esse questionamento para que os senhores possam estar respondendo”. Senhora **CRISTINA FISCHER**, Assessora técnica: “Eu só quero reforça, que nós havíamos combinado que ia ser informado para gente quem é associado, por associação essa que é a questão. Posteriormente a gente vai estar conferindo essas informações. Mas nós reconhecemos que de fato fica caro toda semana ir em Manaus”. Senhor **MIQUEIAS DE SOUZA**, Presidente da RDS: “Em relação a essas reuniões em Manaus, eu acho que realmente, fica pesado, então a gente pode levar essa demanda para a secretaria, para o secretário. Porque tem um grupo de trabalho com relação a isso aqui, a gente pode está direcionando ou pra cá para Manacapuru que fica mais perto pra vocês e pra gente”. Senhora **CRISTINA FISCHER**, Assessora técnica: “A gente está fazendo um calendário nesse sentido, como a gente está se encontrando semanalmente, então é manter isso talvez lá na Câmara, nós podemos vir de Manaus também”. Vereador **Francisco Coelho**: “Nós estivemos na SEMA, secretaria de meio ambiente do Amazonas, cujo secretário Marcelo Dutra e quem nos recebeu foi o Coronel Sena. Que nos recebeu de forma glamorosa com essa situação que ora se aproxima o agravamento de um problema que tem se tornado recorrente, no problema da manutenção dos moradores, na reserva de desenvolvimento sustentável e também e também na licença de desenvolvimento sustentável daquelas pessoas. E isso nós acompanhamos os comunitários que todo mundo sabe, é público e notório que os moradores ali da região da fazenda EXATA sofreram. Enquanto representante do poder público legislativo municipal não é um sentimento só meu, mas sim de todos os vereadores. Momento que o nosso secretário adjunto nos garantiu em uma conversa direta com o governador do estado, com os órgãos competentes. Que aquelas pessoas não seriam mais molestadas, pelo menos até resolver esse conflito da terra naquela região. Porque agora todo mundo se alvora no direito, nós temos que somar força, cada um fazendo a sua parte com certeza nós haveremos de encontrar um resultado positivo. Quando vocês ouvirem qualquer político e qualquer pessoa do seguimento público usar muito a palavra eu faço. Isso não existe nós vivemos num mundo globalizado hoje e que as informações elas são muito rápidas. Eu fiz até uma manifestação aqui, porque na primeira vez que nós tivemos na defensoria, eu fui até hostilizado na qualidade de presidente da Câmara, e também sou advogado se falta a prerrogativa de não atuar fora do município, porque a nossa competência de legislador é na circunscrição do município. Mas graças a Deus que na condição de advogado eu tenho autoridade para chegar em qualquer tribunal do Brasil, de poder adentrar sem poder está pedindo licença de desembargador de juiz. E nós fomos hostilizados naquela ocasião. Nós que escolhemos esse seguimento da causa pública nós temos que estar preparados para isso. A minha causa é a causa de Manacapuru. E aonde tiver um problema com um Manacapuruense nós temos que estar de mãos dadas para resolver. E a Câmara tem feito isso. Eu quero dizer a vocês que enquanto presidente da Câmara e como vereador desse parlamento, eu tenho certeza que nenhum dos nossos colegas vereadores nós havemos de virar as costas para qualquer manacapuruense que queira tirar o sustento da sua família com o esforço do suor do seu rosto. Pode ter certeza que é uma causa que não é só de vocês. Quero aqui Júnior de Paula, te



parabenizar pela iniciativa da audiência pública, para nós saímos na frente e já daqui dessa audiência pública fazemos o encaminhamento para as autoridades competentes. Essa questão da EXATA, nós tivemos por inúmeras vezes com o doutor Aldrin, conseguimos suspender duas determinações do desembargador do tribunal de justiça, para não ser cumprida ainda em dois mil e dezessete. Convidei o povo para se mobilizar porque aqui no Brasil é assim as pessoas só tomam iniciativa quando vê a força do povo. Mas depois veio uma força muito maior muito forte e que se o juiz não cumprisse ele estava sendo penalizado por insubordinação e iria responder na corregedoria. Quando a defensoria pública, vou fazer um documento, defensoria pública não é justiça. Ela atua no mesmo papel do advogado. A Câmara está permanentemente ao lado do povo, porque não vejo outra alternativa a nós representante do povo, aí nós vamos encontrar caminhos para nós tentarmos resolvermos essa situação. Mas eu quero aqui consignar na minha fala que o secretário adjunto já fez uma ação que enquanto não se resolver essa questão da EXATA, nenhuma pessoa, e nenhum morador da RDS será tirado da sua casa. Contem com o vereador Coelho, conte com a Câmara Municipal de Manacapuru”. **Terceiro Orador**, senhor **ELISALDO NASCIMENTO**, morador da RDS: “Como nós vemos aqui muitas das vezes as pessoas foram notificadas receberam o convite. E mais uma vez os moradores que é o fator principal aqui nós somos esquecidos. Nós rebemos a notificação disso aqui da dona Cristina quando estivemos no IPAAM, nós agricultores nem sabíamos dessa audiência que ia acontecer em Manacapuru. Ia acontecer uma audiência pública e mais uma vez estaríamos de fora. E nós pedimos que vossas excelências nos inclua nessas audiências públicas que está acontecendo todas às vezes. Como foi falado a RDS foi criada em dois mil e oito e naquele tempo já existia muitas famílias que estavam morando ali dentro, então hoje se fala na retirada dessas pessoas. E isso aí vem tirando o sono das pessoas. Até mesmo como o senhor falou vereador, são pessoas que estão deixando de produzir, criar na incerteza de investir. Porque se fala muito só vai ficar as pessoas que estão plantando, as pessoas que estão criando, essas pessoas sim ficarão. Se isso aí fosse certeza garantia aquelas famílias que estavam ali na RDS no setor da EXATA não teriam suas casas derrubadas. Porque são famílias que estavam a quinze anos morando plantando e mesmo assim tiveram as suas casas derrubadas. Então o fator que nós estamos plantando seria de garantia para nós ficarmos lá, nós vimos que isso aí não tem nada haver. Porque famílias que a quinze anos estavam morando plantando e mesmo assim os seus direitos não foram respeitado 01.14.21. Outra coisa, é sobre as documentações, já não bastasse tudo isso ainda tem o setor da agroindustrial, que pleiteia junto ao estado uma reintegração de posse. Imaginem só a situação da gente, já é difícil, imaginem se essa empresa ganha, como seria o acesso dessas pessoas as suas áreas? Vocês podem ver fato recente aí capangas da EXATA andando de lado a lado ali, para que ninguém entre, imaginem se a Agroindustrial ganhar como seria o acesso dessas pessoas até a RDS? Então se não bastasse tudo isso nós sermos prejudicados, ainda tem uma ação da Agroindustrial pleiteando junto ao estado. Será que o estado vai dar a favor a uma empresa só e deixar de beneficiar centenas e milhares de pessoas. Fala-se também que só ficaria as famílias tradicionais e nós sabemos aqui que as famílias que estão na estrada nenhum se caracterizam família tradicional, somente as pessoas do rio, que são pessoas que já tem avos pais, filhos, netos. Nós da estrada somos pessoas imigrantes até que se tornarmos tradicional isso vai demorar um pouco. Se tem documento que só as famílias tradicionais ficariam o próprio governo está dizendo que vai tirar todo mundo. Se fala, se fala, mas até então não se tem documento nos garantindo a nossa permanência lá dentro e é isso que nós queremos, documentos que nos garanta a permanência lá dentro. Porque a própria PGE não entra em parceria junto com os líderes comunitários que seria muito mais fácil, nós vamos fazer um cadastro das pessoas que estão morando aqui dentro. Tem muito líder aqui que está sendo ameaçado, porque se aquela pessoa sair ele vai dizer que o culpado somos nós dona Cristina. Nós queríamos que o estado fizesse esse levantamento em parceria com os comunitários, obrigado vereador”. **O Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Todas as respostas que nós estamos obtendo seja do procurador seja da SEMA e também nas próprias promoções do procurador. Ele estabeleceu lá uma quantidade de moradores que existem naquele local. Ele diz na promoção dele quantos moradores para cada ramal. Pelo que a gente ouve e pelo que a gente sabe nunca houve um cadastro efetivo mesmo nas comunidades. A própria criação da RDS que se diz que foi discutido com moradores, é outra farsa também porque a discussão da RDS, por se tratar de uma reserva bastante grande ficou somente no âmbito das famílias ribeirinhas e isso é um problema que vem existindo. A população que ocupa a área da RDS nas áreas dos ramais, ela vem sendo meio que excluída dessas discussões. Está utilizado somente os parâmetros da população ribeirinha. Se a senhora for procurar nos ramais a senhora não vai encontrar moradores que digam: Eu participei de uma discussão sobre a criação da RDS, eu participei de um cadastro da secretaria de meio ambiente. O que houve foi o que seu Elisaldo falou, a notificação da PGE dizendo que era para desocupar e aí a população tinha



que ir até Manaus, dizer não eu moro lá, uma grande parte não foi. Uma grande parte o seu Elias e todos os presidentes de comunidades sabem que uma grande parte da população dos ramais não foi até lá. Eu conversava com alguns e diziam eu vou já mesmo assinar documentos para minha retirada. Porque fica esse clima de desinformação a população acha que está assinado contra ela mesmo. Que a gente possa fazer esse cadastro de forma efetiva nas comunidades. Tendo em vista um documento que eu também encaminhei para a procuradoria o ano passado, solicitando em caráter de urgência que a secretaria de meio ambiente fosse até aos ramais fazer o cadastro CCDRU. E a resposta que obtivemos do secretário de meio ambiente, é que já existe uma concessão para essas terras da reserva sustentável do Rio Negro, que foi dado para uma associação mãe, ou seja, que esses moradores teriam que fazer parte dessa associação para poder ter o direito ao CCDRU. Então queria que vossa senhoria pudesse explicar, de que forma a população dos ramais pode fazer parte dessa associação mãe, tendo em vista que o secretário diz que não tem problema porque já existe uma concessão dessas terras. Dessa forma não haveria retirada porque já existe concessão. Como que cada morador dos ramais poderia fazer esse cadastro junto a associação mãe”? Vereador Natan Nogueira: “Só para ajudar no encaminhamento, acredito que tem outras pessoas que precisam ser ouvidos. E aí tanto o Miqueias como a doutora Cristina possam anotar todos os questionamentos e no final eles fazerem o fechamento e aí a gente dar a oportunidade de ouvir todos os questionamentos e inclusive eu gostaria de me escrever”. **Quarta Oradora**, senhora **AMAZILES FONSECA MENDES** – Presidente da comunidade Monte Sinai II: “Quero agradecer a presença dos comunitários da comunidade que estão aqui presente, para mim isso é significativo porque não estou sozinho na luta, para vocês verem o que eles estão falando para nós aqui. Quero dizer para vocês que ficamos triste em situações, já não estamos felizes na situação que se fala de retirada, porque o nosso caso é parecido com o da EXATA. Só queria saber primordialmente por onde começamos, se vamos sair ou ficar de verdade? E como podemos entrar na RDS da associação mãe, porque se não formos encaixado na associação mãe, como iremos ficar no ramal. Quero saber isso se vai ficar para agora ou para última pergunta, gostaria de saber como vai ficar? Muito obrigado.” **Pela Ordem**, Vereadora Lindynês Leite: “Comunicar e convidar o Emanuel representando o executivo do setor de terras aqui do nosso município para se fazer presente aqui em nosso recinto”. **Quinto Orador**, senhor **RICARDO FERREIRA DO NASCIMENTO** – Presidente do sindicato dos agricultores: “Quero dizer a todos e a todas que é uma situação mais delicada quando se fala de RDS, na época que foi criada a RDS eu fazia parte da federação dos trabalhadores da agricultura familiar do estado do Amazonas, no cargo de secretário de meio ambiente. Quero dizer que foi muito discutida a questão da reserva, mas a reserva não é por si só, queria discutir aqui os dois pontos seguidos, que seria o desenvolvimento e o sustentável. Só estão discutindo até hoje sobre reserva e não diz como é que está morando lá. Quando discutimos a reserva, nós não discutimos a fundação de quantos milhões ou bilhões foram arrecadados nesse mundo, para que seja a sustentabilidade dessa RDS até hoje ainda não ouvimos falar. A última vez que eu consultei tinha entrado no ano quatrocentos milhões de receita para essa fundação. Dizer que nós começamos, se quiser saber o que foi feito dentro da RDS, vá aqui na estrada Manoel Urbano na Comunidade Terra Santa, que tem três comunidades que faz parte da RDS, eles receberam todos os benefícios, porque eu participei de vários seminários naquelas comunidades para levar o conhecimento desenvolvimento lá dentro. Só para vocês terem uma ideia, temos uma feira em Manaus só para a produção da RDS e poucas pessoas sabem disso. O secretário de meio ambiente era para estar aqui para discutirmos para sairmos daqui com alguns encaminhamentos para discutir esse grupo de trabalho. Quero dizer mais uma situação, estou sentindo falta dele aqui, não sei por qual motivo, mas quando terminou a audiência pública em Manaus na procuradoria do estado, na saída eu peguei o procurador e o defensor do estado dizendo parabéns eu sei que aqueles companheiros que moram na estrada terão suas áreas tituladas e documentadas. Digo para os dois representantes, que infelizmente na hora que sai uma política de estado e secretário muda tudo. Digo para todos os vereadores que estão aqui, ano passado eu fui chamado para uma reunião na prefeitura no gabinete do senhor prefeito, eu não sabia que reunião era essa, quando cheguei me deparei com o dono da fazenda, ele vinha com uma caixa de documento dizendo que ele tinha ganhado em último momento que não tinha mais recurso. Nós dissemos para ele que quando ele entrou com a reintegração de posse em dois mil e três, nós tínhamos uma associação que era a Manairão, hoje nós temos dezessete associação. Naquela época que você entrou com a desapropriação nós voltamos com três dias, nós tínhamos duzentas e cinquenta famílias, hoje nós temos duas mil e quinhentas famílias lá dentro e a coisa lá é outra, muito obrigado”. **Sexto Orador**, senhor **EDIRALDO SAMPAIO DE OLIVEIRA** – Presidente da associação de Manairão: “Vocês estão aqui como eu nessa luta, mas vocês sabem porque acontece essa luta? Porque nesse estado do Amazonas, não existe política agrária e nem política agrícola, porque uma coisa tem que





casar com a outra. Tem política fundiária, que é aquela que dá cobertura para os latifúndios, esta aí a EXATA e a agroindustrial, essa é a política que nós temos para esse estado. A política agrária e agrícola nós não temos, nós temos a política ambiental bancada pelo estrangeiro aqui dentro. Em dois mil e doze eu participei de dois fóruns, no centro cultural dos povos da Amazônia, onde que a sema era responsável de tirar área de construção e área de preservação. Em dois mil e oito foi criada essa reserva e o estado cria e deixa para lá, nós temos um documento aqui que o município do Iranduba fornecia certidão para essa área lá dentro da RDS. Isso aí ninguém reconhece, todo mundo botando o cacete em cima do presidente, lá atrás se começou o erro e só agora está querendo se corrigir, mas a grande pergunta é de que forma vai se fazer? Porque o defensor público não quer conversa com o presidente de associação, mas querem que nós apresente relação de documento, eu concordo que o estado tenha secretaria de produção, IDAM, IPAAM. Não deixar nós que somos presidente para sermos ameaçados e depois sumir, porque o estado não responde por nenhuma situação que haja nós sido ameaçado, o estado não garante nada para nós. A questão da EXATA, os documentos de mil novecentos e oitenta e três era de mil e oitocentos hectare, não era de sete mil como estão falando. Eu agradeço a presença de todos, muito obrigado”. **Sétimo Orador**, senhor **SILBERTO GONCALVES DE OLIVEIRA**: “Eu sou morador da RDS, sou um dos que tem corrido atrás da luta da comissão desde quando descobrimos que fazíamos parte da RDS, antes nossa luta era principalmente para não sermos chamados de invasores. O invasor que invade sua propriedade é um criminoso e eu não sou criminoso, nós somos trabalhadores só que a RDS ela foi constituída em dois mil e dezoito as carreiras para resolver um problema do estado, e naquele momento o único levantamento que existia dentro dos órgãos públicos era o levantamento da margem do rio. No livro de gestão da RDS, os órgãos ambientais e responsáveis admitem que em dois mil e oito existiam e ainda citam os nomes dos ramais. O órgão que representa e que toma conta da terra é o estado, ele admite que existia em dois mil e oito, e reconhecem que existiam moradores, ramais que adentraram a área da reserva segundo o que eles dizem. Reserva essa que até hoje eu tenho perguntado dos órgãos onde está o limite das reservas, nem o próprio órgão não sabe onde se localiza o limite da reserva. O que aconteceu agora na reintegração de posse da EXATA em dois mil e treze, corremos atrás do terra legal achando que estávamos legal achando que estávamos legalizados, além de termos requerido as terras juntos ao antigo ITEAM, nós queríamos também a legalização junto ao terra legal. Quando o procurador do estado mandou o comunicado para as pessoas que estavam na margem direita EXATA, até hoje não nos mostraram o limite da reserva, e como podem nos acusar de terem invadido algo, se nem o estado sabe onde é o limite, colocaram algumas placas nos ramais em dois mil e quinze, ninguém sabe onde é o limite da reserva. A grande verdade é que nós estamos sendo enrolados pelo estado e pelos órgãos. Então pessoal, só existe uma saída para quem está hoje dentro da reserva do sustentável Rio Negro por parte da estrada, só existe uma saída e o estado está escondendo, por quê? Só tem uma saída para o governo, que é pegar e fazer um retalho dessa parte onde estão os moradores. O certo é retirar todo mundo de lá, agora resta saber se a comunidade vai aceitar ou não, estamos sendo enrolados e empurrando com a barriga para poderem resolverem tudo, para quando nos tirarem de lá, não dá mais tempo de nada, obrigado”. **Oitavo Orador**, senhor **EMANUEL DE OLIVEIRA DE MORAES** – Setor de terra do município: “A SEPLAN está em Caviana redefinindo a malha setorial do município de Manacapuru, o executivo gasta recursos que não são referentes a essas localidades, mas gasta porque temos os eleitores. Informa a vocês que nenhum prefeito desde mil novecentos e trinta e cinco, quando o município de Manacapuru adquiriu a propriedade, teve compromisso com a gestão fundiária seja a questão do território Manacapuru. Esse prefeito é o nosso atual, porque ninguém nunca se deu conta que Manacapuru por muito tempo expediu títulos de definitivos fora da sua propriedade. Os antigos gestores em um ano era de costume emitir mais de cem títulos definitivos, o nosso prefeito emitiu dez em um ano. Todos os problemas fundiários de Manacapuru advém da má gestão e afirmo vocês que nenhum prefeito teve mas compromisso com a questão fundiária como o prefeito atual. Estivemos ontem no terra legal, buscando informações referentes as propriedades, a propriedade de Manacapuru não é gigantesca como vocês pensam, existem questões jurisdicionais mas também direito a propriedade, o município não pode expedir títulos fora de sua área do seu perímetro e o perímetro não é o limite do município, o município de Manacapuru tem uma área superior a quatorze milhões de metros quadrados em título definitivo, só que a área de jurisdição é maior. O Terra Legal vai doar propriedade ao município de Manacapuru das vilas do Repartimento e Caviana. O prefeito firmou uma parceria com o governo do estado e com o executivo que é o IBGE, agora sim Caviana, passar a ser de Manacapuru, o que resulta para nós é que as quantidades dessas populações passaram a gerir o coeficiente que é recurso a mais. Senhores temos que atentar que o prefeito tem muito compromisso com a questão fundiária, por isso que está afirmando parceria com a procuradoria, terra legal,





INCRA e IBGE, para a gestão do território, nenhum prefeito fez isso. O compromisso dessa gestão é nos aceites do que precisa ser feito, as pessoas precisam ter segurança nas suas propriedades, muito obrigado”. **Pela Ordem**, Vereadora **Lindynês Leite**: “Parabenizar pela iniciativa desta audiência e quero aqui deixar meu repúdio as autoridades que foram convidadas e não compareceram e isso se torna frustrante, porque percebe-se que a população quer uma resposta, esta Casa tomou iniciativa através de vossa excelência para tentar resolver isso, e é muito chato quando uma autoridade maior se utiliza do próprio espaço para dizer que o município pouco tem feito em relação a estas questões. Algumas pessoas creio que estiveram na audiência no dia dezanove, onde o defensor público havia falado do compromisso com o nosso município, mas infelizmente não é isso que estamos vendo. Solicitar que envie a ata dessa audiência ao ministério público e envie para o número máximo de autoridades possível para que elas saibam que a maioria das autoridades que deveriam estar aqui como obrigação, não estavam. Muito obrigado”. Vereadora **Valciléia Maciel**: “Todos os que se fazem presentes, esta Casa como eu estamos apoiando todos vocês, mas eu espero que isso seja resolvido, porque é muita conversa e não vejo as coisas fluindo, nós estamos aqui querendo uma resposta positiva para vocês. Espero que as pessoas responsáveis por isso resolvam logo, muito obrigado”. Vereador **Natan Nogueira**: “Só para emitir um parecer de redação a essa situação, gostaria de parabenizar vossa excelência desde o primeiro momento da sua chegada aqui nesta Casa, tem sido uma preocupação sua na luta pela resolução destes problemas. Nós estivemos semana passada no IPAAM, onde já estava sendo tratada essa questão do conflito de terra em pauta. Com relação a associação mãe que já se foi falado aqui, gostaríamos de estar com o braço estendido para AM-352 que pudéssemos termos uma facilidade de acesso. A partir de agora vai haver essa aproximação maior, essa correção nossa, mesmo como câmara municipal que é uma preocupação desta Casa, e hoje foi lido aqui nesta Casa da outra briga da justiça de uma manifestação da presidência falando de que eles tomaram conhecimento da causa da câmara também. Estou acreditando que esse problema que aconteceu com a EXATA, nós precisamos nos organizar com relação a levantamento, junto com os envolvidos e é interessante que a Câmara esteja presente aqui, porque nós temos gritado aqui. No ano passado dia dezoito de fevereiro nós estávamos com o governador todos os vereadores questionando justamente essa questão nossa, que não era a da EXATA não, ela já veio depois. Precisamos nos organizar, estou acreditando que a partir de agora nós possamos avançar muito mais e possamos ter assento na comissão em que está trabalhando essa questão, obrigado a todos os trabalhadores rurais, muito obrigado”. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Só para deixar mais claro a primeira pergunta que eu fiz, tendo em vista a resposta que esta Casa recebeu de um requerimento que nós apresentamos pedindo que fosse realizado o cadastro com sessão real o direito da terra, a secretaria respondeu em outras palavras que não poderia fazer porque já existe uma concessão para associação mãe. A única opção era fazer parte desta associação. Tenho certeza que se houvesse uma comunicação no sentido em que a associação mãe estaria recebendo esses moradores para fazer e torna-los sócios e ter direito a esses contratos coletivos, tenho certeza que nós daríamos um jeito para que essa população chegasse até lá para fazer esse cadastro. A pergunta é como a população deve proceder para que tenha direito a fazer desta parte da associação mãe?”. Senhor **MIQUEIAS DE SOUZA** – Presidente da RDS: “Até para poder fechar aqui com alguns encaminhamentos, a princípio os próprios comunitários que estão aqui, eu acho que é visível o interesse da secretaria do estado do meio ambiente em resolver a situação. Em relação a emissão do CDRU que ele foi emitido em dois mil e doze, em nome da associação ACS da RDS do Rio Negro, é como o vereador falou, precisamos conversar e chegar a um consenso com os comunitários, na realidade associar ou deixar de se associar não é obrigatório, é uma coisa que de livre e espontânea vontade pode se associar. Esse CDRU ele se encontra em fase de atualização, eu tratei da atualização de todas as quinze associações, inclusive recebi a documentação da ACS. Antes ele tinha prazo de validade, agora ele terá o prazo indeterminado, uma das coisas que foi reivindicado pela associação e pelos comunitários que vai ser de validade indeterminado. Ele vai ter continuidade em validade mesmo tendo a validade de presidente. Os benefícios que os comunitários podem ter uma cópia do CDRU, essa cópia irá garantir para ele junto com os outros documentos quando ele for se aposentar e na cláusula está falando sobre isso. Em relação a associação mãe, nós saímos com o encaminhamento daquela reunião, que foi marcar uma reunião com a diretoria da associação mãe e as outras associações e comunitários para nós discutirmos essas situações. No caso dos comunitários, temos que ver como vai ficar a situação deles e ver o que está sendo debatido e depois cadastra esses comunitários no CA, e você terá uma cópia que terá seu RG, CPF e todas as instancias reconhecem esse CA. Sobre o limite da unidade de conservação, é conhecido os limites, mesmo que as placas não estejam lá mas são conhecidos, foram colocadas as placas, mas foram arrancadas e vamos coloca-las de novo. Essas placas elas são colocadas pelo poder público e muitas delas não sabemos por



onde estar porque foram arrancadas, vocês são fiscais em relação a ver essas situações. Outra situação que foi colocada pelo sindicato dos trabalhadores, que em relação ao programa bolsa floresta, que é a fundação Amazonas sustentável, que é uma ONG de programa de governo dentro da unidade conservação, que realmente a unidade do Rio Negro são umas das contempladas. Nós nessa reunião com a associação mãe, podemos até estar esclarecendo porque ela que recebi os benefícios que são de formas participativas repassadas como repasses. É um programa muito bom, porque venho da unidade de conservação onde a fundação aplica os recursos na área da agricultura. Daqui iremos gerar um relatório e vamos ver de que forma poderemos trabalhar isso aqui, daqui já saímos com o compromisso de fazermos nossa reunião com a associação mãe e podemos está vendo com alguém da câmara para estar participando com a gente e ainda estaremos divulgando essa data ai porque precisamos falar com o presidente da associação, porque eles terão uma assembleia geral esses dias. Desde já agradeço a todos os que vieram e podem contar comigo, muito obrigado”. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Nessa questão volto a repetir, estamos falando do CDRU e acabaram de falar que iram fazer parte da reserva. Na verdade essa população já faz parte da reserva, o que quer é ficar de reconhecimento. Eu mandei inúmeros expedientes nessa questão de CDRU e hoje com essa audiência pública, eu já passo a mudar o meu encaminhamento, pelo o que eu pude entender hoje nessa audiência é que existe esse documento, que a população que existe nos ramais ela já é alcançada pela concessão dessas terras. A questão principal é a população fazer parte desta associação, porque dentro da parte da reserva já estão. Se eles fizessem parte da associação, parece-me que o problema já estaria resolvido”. Senhor **MIQUEIAS DE SOUZA** – Presidente da RDS: “A gente tem um problema jurídico que é toda essa situação que já foi desenhada e está em instancias que não compete em secretarias mas, esse processo de desocupação que terremos que acompanhar vocês, e outra vocês estão defendendo em permanências deles, isso é valido em relação judiciais que estão no processo”. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Na verdade o processo ainda é administrativo, não existe nenhum processo judicial e nenhuma ação a não ser por parte da agua industrial é outra situação. Mas quando a área de reserva não existe nenhuma ação judicial quanto os moradores, o que existe é um processo administrativo ainda na PGE”. Senhora **CRISTINA FISCHER** – Assessora Técnica: “Em relação a questão da enrolação, eu entendo que vocês estão falando do tempo que estamos levando para dar resposta a vocês. Quero ressaltar o nosso compromisso em estar resolvendo isso no tempo que for necessário, porque não posso estar respondendo pelos os outros órgãos também, é uma coisa demorada e vocês tem que ter consciência que estamos aqui, acho que isso já dá uma certa credibilidade. Quero fazer uma retificação aqui que é a relação do primeiro chefe da unidade, na verdade foi o Francisco Oliveira de Novo Airão. É importante lembrar que a questão da gestão da unidade começou pelo Rio, ouve falhas e ninguém é perfeito. Nós estamos aqui para resolver dentro da forma da lei. Nós vamos responder todas as perguntas nesse momento, ainda não. Mas também não quer dizer que estamos trabalhando e construindo todas as respostas, porque hoje temos os aspecto melhor e nós precisamos estar ali e precisamos cumprir a lei. A RDS tem toda uma contextualização no momento que ela é criada, nós a enxergamos que a nossa realidade é outra também, muito obrigado”. O **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**: “Que as autoridades presentes possam está dando encaminhamento as demandas, e nosso amigo Miqueias se comprometeu em estar marcando uma reunião com associação mãe e será transmitido para os senhores e os outros encaminhamentos também no que desrespeito o levantamento da população. Nós iremos criar nesta Casa, e iremos entrar com uma proposutura criando uma comissão de assunto fundiários desta Casa, para que nós possamos está acompanhando de perto e está tendo esse relacionamento institucional com os órgãos do estado, muito obrigado”. *Nada mais havendo a tratar*, o **Presidente em exercício**, vereador **Júnior de Paula**, encerrou a audiência pública do dia vinte e um de março do ano em curso. E, para que conste, foi lavrada a presente Ata, que depois de aprovada, foi assinada nos termos do Art. 36, V do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manacapuru, pela(o) secretária(o) da Mesa Diretora e pelo senhor Presidente.